

Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A.

Informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2020 e relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Em 30 de setembro de 2020



Índice

	Página
Relatório sobre a revisão de informações trimestrais	3
Informações contábeis intermediárias	5
Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2020	12

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

**Grant Thornton Auditores
Independentes**

Av. Eng. Luís Carlos Berrini, 105 - 12º
andar Itaim Bibi, São Paulo (SP) Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A.
Guarulhos – SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de nove e três meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 – Demonstração intermediária e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). A revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

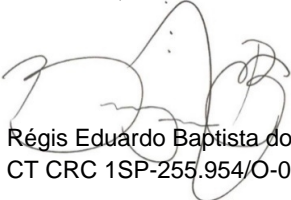
Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às informações contábeis intermediárias, que menciona que as informações contábeis intermediárias foram elaboradas no pressuposto da continuidade operacional e que indica que a Companhia incorreu no prejuízo de R\$ 649.169 mil durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e que, naquela data, o patrimônio líquido (passivo a descoberto) estava negativo em R\$ 2.442.413 mil e o passivo circulante da Companhia excedia o ativo circulante em R\$ 2.611.196 mil. A Administração, baseada no plano de negócios, considera que a Companhia, além do fluxo de caixa das operações projetado para os próximos doze meses, também conta com o suporte financeiro dos seus acionistas para fazer frente aos compromissos de caixa e proceder com o reequilíbrio do capital circulante líquido. Em 30 de setembro de 2020, a eventual não confirmação do referido plano de negócios, juntamente com outros eventos e condições, conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Os planos e ações que estão sendo desenvolvidos pela administração para o reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro e da posição patrimonial da Companhia estão descritos na Nota Explicativa nº 1. As informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2020 não incluem nenhum ajuste que possa surgir do resultado dessa incerteza. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

As informações trimestrais acima referidas incluem as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas aos procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do valor adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 11 de novembro de 2020



Régis Eduardo Baptista dos Santos
CT CRC 1SP-255.954/O-0

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota</u>	<u>30/09/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	315.132	127.257
Aplicações financeiras vinculadas	5	274.282	46.322
Contas a receber	6	188.734	251.639
Estoques		11.069	9.678
Impostos a recuperar	7a	30.141	36.171
Adiantamentos		12.781	8.661
		<u>832.139</u>	<u>479.728</u>
NÃO CIRCULANTE			
Aplicações financeiras vinculadas	5	127.952	126.449
Contas a receber	6	2.135	4.530
Impostos diferidos ativos	7b	110.407	19.540
Estoques		9.413	9.391
Impostos a recuperar	7a	368.971	383.869
Partes relacionadas	8	17.730	17.730
Depósitos judiciais	14	26.527	20.187
Imobilizado	9	9.412	11.248
Intangível	10	13.610.709	14.059.360
		<u>14.283.256</u>	<u>14.652.304</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>15.115.395</u>	<u>15.132.032</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>30/09/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
<u>PASSIVO</u>			
CIRCULANTE			
Fornecedores		49.971	53.005
Empréstimos e financiamentos	11	266.314	216.082
Debêntures	12	109.364	85.711
Impostos a recolher	7d	15.886	39.677
Obrigações com empregados e administradores		26.906	20.684
Concessão de serviço público	13	2.847.014	1.477.166
Partes relacionadas	8	25.426	25.426
Receita diferida	15	20.939	19.780
Adiantamento de clientes		19.134	14.553
Outros passivos	16	62.381	139.958
		<u>3.443.335</u>	<u>2.092.042</u>
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	11	2.435.892	2.444.340
Debêntures	12	604.763	625.673
Concessão de serviço público	13	10.919.080	11.603.123
Provisão para obrigações legais	14	24.491	17.439
Receita diferida	15	129.163	141.944
Adiantamento de clientes		1.084	715
		<u>14.114.473</u>	<u>14.833.234</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)			
Capital social	17	2.624.558	2.624.558
Prejuízo acumulado		(4.417.802)	(3.543.349)
Resultado do período/exercício		(649.169)	(874.453)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		<u>(2.442.413)</u>	<u>(1.793.244)</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)		<u>15.115.395</u>	<u>15.132.032</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS PERÍODOS DE NOVE E TRÊS MESES
FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020 E DE 2019**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Nota	01/01/2020 a 30/09/2020	01/01/2019 a 30/09/2019 (Reapresentação*)	01/07/2020 a 30/09/2020	01/07/2019 a 30/09/2019 (Reapresentação*)
Receita líquida de serviços e cessão de espaço		1.037.973	1.507.223	260.808	520.138
Receita de construção		27.218	32.733	8.801	14.847
Receita operacional líquida	18	1.065.191	1.539.956	269.609	534.985
Custo dos serviços prestados	19	(885.601)	(1.073.280)	(229.828)	(366.730)
Custo de construção	19	(27.218)	(32.733)	(8.801)	(14.847)
Lucro bruto		152.372	433.943	30.980	153.408
Despesas gerais e administrativas	19	(209.900)	(99.135)	(100.538)	(27.488)
Outras receitas e despesas	19	12.742	7.251	11.017	1.395
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		(44.786)	342.059	(58.541)	127.315
Resultado financeiro líquido	20	(695.250)	(815.967)	(314.953)	(225.522)
Resultado antes dos impostos		(740.036)	(473.908)	(373.494)	(98.207)
Imposto de renda e contribuição social	7c	90.867	57.373	26.756	24.294
Prejuízo líquido do período		(649.169)	(416.535)	(346.738)	(73.913)
Prejuízo líquido por ação (em reais)	26	(0,214)	(0,137)	(0,114)	(0,024)

* Reapresentação vide Nota Explicativa nº 2.3.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS PERÍODOS DE NOVE E
TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

	01/01/2020 a 30/09/2020	01/01/2019 a 30/09/2019	01/07/2020 a 30/09/2020	01/07/2019 a 30/09/2019
Prejuízo do período	<u>(649.169)</u>	<u>(416.535)</u>	<u>(346.738)</u>	<u>(73.913)</u>
Total do resultado abrangente no período	<u><u>(649.169)</u></u>	<u><u>(416.535)</u></u>	<u><u>(346.738)</u></u>	<u><u>(73.913)</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)
PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020 E DE 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	2.624.558	(4.417.802)	(1.793.244)
Prejuízo do período	-	(649.169)	(649.169)
EM 30 DE SETEMBRO DE 2020	<u>2.624.558</u>	<u>(5.066.971)</u>	<u>(2.442.413)</u>
	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	2.624.558	(3.543.349)	(918.791)
Prejuízo do período	-	(416.535)	(416.535)
EM 30 DE SETEMBRO DE 2019	<u>2.624.558</u>	<u>(3.959.884)</u>	<u>(1.335.326)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES
FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	30/09/2020	30/09/2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício antes dos impostos		(740.036)	(473.908)
Ajustes para reconciliar o prejuízo antes dos impostos com o caixa gerado pelas atividades operacionais			
Depreciação e amortização	9/10	575.312	675.370
Baixa de imobilizado e intangível	9/10	3.040	2.636
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa	6/19	125.431	15.811
Provisão para obrigações legais	14	7.052	2.438
Apropriação de receita diferida	15	(16.069)	(8.500)
Variações monetárias e encargos, líquidas		710.357	807.765
Reequilíbrio econômico financeiro	13/15	(58.521)	(11.662)
Realização do custo de captação de empréstimos/debêntures	12	720	3.160
Redução (aumento) nos ativos operacionais			
Contas a receber		(60.131)	(4.223)
Estoques		(1.413)	(4.149)
Outros adiantamentos		(4.120)	(3.355)
Impostos a recuperar		20.928	6.379
Depósitos judiciais		(6.340)	(3.535)
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Fornecedores		(7.895)	(24.603)
Obrigações com empregados e administradores		6.222	(1.042)
Impostos a recolher		(23.791)	(1.038)
Adiantamento de clientes		4.950	(10.608)
Outras obrigações e contas a pagar		(77.577)	5.716
Outorga variável	13	116.689	171.619
Pagamento outorga variável	13	-	(230.594)
Receita diferida	15	18.968	4.320
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>593.776</u>	<u>917.997</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aplicação financeira		(255.236)	(73.801)
Rendimento de aplicação financeira resgatada		37.203	45.880
Aquisição de intangível		(30.244)	(104.766)
Aquisição de imobilizado	9	(7)	(3)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento		<u>(248.284)</u>	<u>(132.690)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de empréstimos e financiamentos	11	9.735	378.375
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	11/12	(82.756)	(188.485)
Juros de empréstimos, financiamentos e debêntures	11/12	(84.596)	(196.326)
Pagamento da outorga fixa	13	-	(1.223.366)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento		<u>(157.617)</u>	<u>(1.229.802)</u>
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa		<u>187.875</u>	<u>(444.495)</u>
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do período		127.257	502.468
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do período		<u>315.132</u>	<u>57.973</u>
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa		<u>187.875</u>	<u>(444.495)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES
FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>30/09/2020</u>	<u>30/09/2019</u> (Reapresentado*)
Receitas		1.380.232	2.063.719
Receita tarifária e não tarifária	18	1.478.445	2.046.797
Receita de construção	18	27.218	32.733
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa	19	(125.431)	(15.811)
Insumos adquiridos de terceiros		(589.833)	(700.211)
Custos dos serviços prestados		(513.796)	(607.807)
Custo de construção	19	(27.218)	(32.733)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(48.819)	(59.671)
Valor adicionado bruto		790.399	1.363.508
Retenções			
Depreciação e amortização	19	(575.300)	(675.370)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		215.099	688.138
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	20	38.133	40.150
Valor adicionado total a distribuir		253.232	728.288
Distribuição do valor adicionado		253.232	728.288
Pessoal e encargos		75.664	78.627
Remuneração direta		52.498	55.144
Benefícios		19.686	19.355
FGTS		3.480	4.128
Impostos, taxas e contribuições		94.683	211.783
Federais		50.483	145.895
Municipais		44.200	65.888
Remuneração do capital de terceiros		732.054	854.413
Juros	20	200.051	240.709
Atualização outorga	20	521.736	598.412
Outros		10.267	15.292
Remuneração de capital próprio		(649.169)	(416.535)
Prejuízo do período		(649.169)	(416.535)

* Reapresentação vide Nota Explicativa nº 2.3

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS REFERENTES AO PERÍODO DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020 E DE 2019

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. (“Concessionária”, “Companhia”, “Aeroporto” ou “GRU Airport”) é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) formada pela participação societária do Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. GRUPAR (“GRUPAR”), uma controlada do grupo INVEPAR, com 51% e pela Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) com 49%. Constituída em 08 de maio de 2012 a Concessionária é uma sociedade por ações de capital aberto, categoria “B” e tem como principal objeto social a prestação de serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração de infraestrutura aeroportuária com sede na Rodovia Hélio Smidt, s/n, Guarulhos, São Paulo.

O Governo Federal e a Concessionária assinaram o contrato de concessão do Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos – Governador André Franco Montoro no dia 14 de junho de 2012, pelo período correspondente a 20 anos, tendo seu início em 11 de julho de 2012 e término em 10 de julho de 2032, podendo ser renovado por mais 05 anos. O contrato de concessão prevê que a Concessionária realize pagamentos de outorga fixa e variável, conforme descritos na Nota Explicativa nº 13.

Em 30 de setembro de 2020, a Concessionária apresentou prejuízo no montante de R\$ 649.169 (R\$ 416.535 em 30 de setembro de 2019), capital circulante líquido negativo de R\$ 2.611.196 (R\$ 1.612.314 em 31 de dezembro de 2019) e patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) em R\$ 2.442.413 (R\$ 1.793.244 em 31 de dezembro de 2019). As informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional, pois a Administração concluiu, com base em seu julgamento, que a situação patrimonial atual de prejuízo, capital circulante líquido negativo e patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) está prevista no plano de negócios e que a Concessionária gerará recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível.

Em dezembro de 2017, com o intuito de melhorar a estrutura de capital para os anos subsequentes, a Concessionária aderiu à reprogramação dos fluxos de pagamentos da contribuição fixa, instituída pela Lei nº 13.999/17, antecipando parcialmente o valor da outorga fixa de 2018 e postergando o valor para 2031 e 2032 (vide Nota Explicativa nº 13).

Pelos próximos 12 anos, a Concessionária realizará investimentos para melhorar a capacidade da infraestrutura, segurança, incluindo novos processos e serviços para seus passageiros e usuários.

1.1. CORONAVIRUS (COVID-19)

Efeitos da pandemia da COVID-19

No último Relatório de Informações Trimestrais, divulgado no dia 11 de agosto de 2020, a Companhia chamou atenção para os efeitos adversos em seus negócios relacionados a Covid-19.

Desde março de 2020, quando a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou emergência de saúde global em função da pandemia do novo Coronavírus, o Brasil e o mundo passaram a enfrentar uma grande crise econômica. Os resultados da Companhia foram duramente afetados e à medida que a crise se estende, a situação se agrava. Dentre as decisões formadas pelos Governos, destacam-se aquelas relacionadas às restrições de mobilidade, distanciamento social, fechamento de fronteiras locais e internacionais e outras que impactam diretamente nos negócios da Companhia.

Como consequência dos efeitos da pandemia do Coronavírus, a Companhia verificou queda significativa no desempenho operacional nos nove meses de 2020 como segue:

GRU Airport	9M20	9M19	%	3T20	3T19	%
Passageiros total (Mil)	14.458	31.613	-54,3%	3.174	11.004	-71,2%
Movimento total de Aeronaves	110.260	215.873	-48,9%	28.183	74.135	-62,0%
Carga total (Toneladas)	148.664	213.152	-30,3%	46.672	69.434	-32,8%

Desde o início da pandemia, a administração da Companhia tem empregado os melhores esforços em busca de soluções para a preservação da saúde financeira e para a continuidade dos negócios. Apesar de uma rígida estrutura de custos, de natureza majoritariamente fixa, do lado da Companhia, foram envidados os esforços necessários para a contenção de custos e despesas, com resultados que já podem ser verificados nos últimos trimestres e que tendem a ser ampliados durante os próximos meses. Ao longo deste período, a administração da Companhia fez alguns avanços nessas frentes e acredita no sucesso de algumas das renegociações em curso.

A despeito dos inúmeros estudos que vêm sendo cuidadosamente realizados, ainda há grande incerteza em relação ao tempo necessário para conter o avanço do vírus e, desta forma, a administração da Companhia ainda não consegue precisar quando irá retornar suas operações aos níveis de normalidade. Entretanto, a administração da Companhia continuará tomando todas as ações, visando preservação da integridade dos colaboradores e minimizar os impactos nas operações como feito desde o início da pandemia. Enquanto isso, a Companhia manterá os canais de comunicação com *stakeholders* e com o mercado em geral, mesmo que distante.

a) Como a Companhia está trabalhando durante este processo:

A Companhia mantém um Comitê de Gestão de Crises, formado pela Diretoria da GRU Airport, que acompanha diariamente os impactos do Coronavírus para os negócios. O Comitê define as ações necessárias para mitigar os efeitos adversos no fluxo de caixa e para a saúde financeira da Concessionária, e através do Diretor de Relações com Investidores tem buscado manter uma comunicação clara, ampla e simultânea com o público investidor e com o mercado em geral sobre os impactos da COVID-19.

O objetivo do Comitê é acompanhar os impactos causados pela pandemia na Concessionária e no setor de atuação, traçando ações para mitigar os impactos, avaliando e implementando medidas educativas e de segurança para a prevenção da contaminação pelo Coronavírus pelos colaboradores da Concessionária, e seus familiares bem como para os usuários do aeroporto.

b) Plano de continuidade das operações e principais ações:

Desde o início da pandemia, a Companhia tem revisado o seu plano de negócios, especialmente no que diz respeito à continuidade das operações. Dentre as frentes que estão sendo revisadas no âmbito do Plano de Continuidade dos Negócios da Companhia, destaca-se a preservação da saúde e segurança das pessoas com adoção de: (i) *home office* para os colaboradores onde esta modalidade for possível, proteção recomendada pelos órgãos de saúde para os funcionários alocados nas operações, (ii) comunicação regular e transparente com todos os colaboradores e (iii) veiculação de campanhas educativas para a prevenção da COVID-19 por meio de vídeos, avisos sonoros e mensagens nos canais digitais.

A Companhia continua mantendo o público investidor e o mercado em geral informados sobre os impactos do Coronavírus, acompanhando de perto a manutenção da capacidade de entrega de bens e serviços essenciais, revisando junto aos credores os termos e condições pactuadas em contratos financeiros, estruturando conversas junto aos poderes concedentes para reequilíbrio econômico-financeiro no contrato de concessão e consultando assessores legais para acompanhamento de potenciais passivos judiciais.

Revisando a estratégia de manutenção e continuidade dos negócios, a Companhia avalia a necessidade de liquidez nos curto e médio prazos visando à equalização da dívida e a busca por maior eficiência e consequente redução de custos.

b1) Principais medidas e ações de curto prazo que trazem alívio imediato para o caixa:

- Revisão dos orçamentos de custeio e de investimentos: Revisão do orçamento previsto para o ano corrente e para o próximo com manutenção apenas dos custos e investimentos essenciais para a continuidade dos negócios e segurança das operações;
- Renegociação com fornecedores;
- Otimização das operações: Suspensão temporária das operações no Terminal 1 de GRU Airport e das operações internacionais no Terminal 2, concentrando essas operações no Terminal 3, de forma a otimizar recursos e reduzir os custos operacionais do aeroporto;
- Postergação de pagamentos junto ao BNDES: Adesão, a partir de 15 de maio de 2020, ao programa de *standstill* implantado pelo BNDES, paralisando por 6 meses o pagamento das parcelas de juros e principal dos contratos de financiamento firmados pela Concessionária, no âmbito do pacote de medidas socioeconômicas aprovadas pelo banco em caráter emergencial e com o objetivo de mitigar os efeitos da pandemia do novo Coronavírus no Brasil (vide nota explicativa nº11);
- Postergação do pagamento da Outorga: Adesão à postergação do pagamento da outorga fixa e variável da Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos para 18 de dezembro de 2020, conforme Lei 14.034 de 05 de agosto de 2020 (vide Nota Explicativa nº13);
- Postergação do pagamento de tributos federais, a Companhia adotou as medidas de suspensão de recolhimento da Contribuição para o PIS e da COFINS, das competências de abril e maio de 2020, cujos vencimentos foram postergados para outubro e novembro, respectivamente, por meio da Portaria 139, de 03 de abril de 2020 e da Portaria 245, de 15 de junho de 2020;

b2) Soluções para o médio e longo prazo, com ações que precisam ser estruturadas e aprovadas junto a bancos, credores e órgãos reguladores no sentido de alongar o calendário de pagamento da dívida e de obter os reequilíbrios econômico-financeiros do contrato de concessão:

- Reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão: Por meio de uma atuação setorial, coordenada entre a Companhia, outras empresas de infraestrutura e associações do setor, estão sendo promovidas conversas estruturadas com os poderes concedentes com vistas à recomposição do reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão em função dos impactos causados pela pandemia do novo Coronavírus.
- Sob o âmbito regulatório, a Advocacia Geral da União (AGU), emitiu o Parecer nº 261/2020, à Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias do Ministério da Infraestrutura, no qual conclui que a pandemia declarada pela OMS em maio do corrente ano se enquadra no conceito de força maior. No mais, frente à MP 925/ 2020, posteriormente convertida na Lei 14.034/20, foi assinado no último 14 de maio aditamento ao contrato de concessão do Aeroporto Internacional de Guarulhos, postergando o pagamento das outorgas fixa e variável devidas no ano de 2020 para o dia 18 de dezembro do corrente ano. Sendo assim, a avaliação da Companhia é que os contratos serão reequilibrados pelos efeitos advindos da pandemia e que tais reequilíbrios seriam suficientes para a recuperação dos ativos não monetários bem como a realização do imposto de renda e contribuição social diferidos.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1. Apresentação das informações contábeis intermediárias

A Administração da Concessionária autorizou a conclusão da preparação destas informações contábeis intermediárias (informações trimestrais) em 11 de agosto de 2020, que foram elaboradas e apresentadas de acordo com a NBC TG 21 – Demonstração intermediária, com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações contábeis intermediárias e resumo das principais práticas contábeis, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2019, não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 2 das Demonstrações Contábeis Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (doravante denominadas de “Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2019”), publicadas na imprensa oficial em 20 de março de 2020 e nos websites: www.cvm.gov.br e www.gru.com.br. Dessa forma, estas informações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2019.

2.2. Novas normas e pronunciamentos contábeis ainda não adotados

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Concessionária.

2.3 Reapresentação de exercícios anteriores

Em 31 de dezembro de 2019, a Concessionária efetuou a contabilização correspondente a receita de construção e custo de construção, conseqüentemente, a demonstração do resultado e do valor adicionado, bem como as referidas Notas Explicativas nºs 18 – Receitas e 19 – Custos e Despesas foram corrigidas pela reapresentação dos valores correspondentes ao exercício anterior afetado, para manter a comparabilidade entre os períodos.

3. CONTRATO DE CONCESSÃO

a) Objeto

O contrato tem por objetivo a concessão dos serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária a serem implementadas nas seguintes fases:

- FASE I-A – Transferência das operações do Aeroporto sob comando da Infraero para a Concessionária (fase concluída em 15 de fevereiro de 2013);
- FASE I-B – Ampliação do Aeroporto pela Concessionária para adequação da infraestrutura e melhoria do nível de serviços (fase concluída em 11 de maio de 2014);
- FASE I-C – Expansão aeroportuária e de adequação total a infraestrutura e ao nível de serviço disposto no Plano de Exploração Aeroportuária (PEA) (fase concluída em 12 de maio de 2016);
- FASE II – Demais fases de ampliação, manutenção e exploração do Aeroporto para o atendimento aos parâmetros mínimos de dimensionamento previsto no PEA (fase atual da Concessionária no período findo em 30 de setembro de 2020).

Prazo de vigência

O contrato de concessão tem prazo de 20 (vinte) anos, podendo ser prorrogado por até 05 anos, sendo a concessão outorgada pela União, representada pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC).

Contribuição ao sistema

Pelo direito de exploração do complexo aeroportuário do Aeroporto Internacional de Guarulhos, a Concessionária, com a assinatura do contrato de concessão, se comprometeu a desembolsar o total de R\$ 16.213.000 com parcelas anuais de R\$ 810.650, sendo o saldo corrigido desde fevereiro de 2012, mês de realização da sessão pública do leilão, pelo IPCA-IBGE, em conta a favor do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC), a título de outorga fixa. Em conformidade com o aditamento ao contrato de concessão que alterou o fluxo de pagamento da outorga fixa original, nos termos da Lei nº 13.499/2017 e da Portaria nº 135/MTPA, o montante, em valores reais, passa a ser R\$ 16.655.000 decorrente da reprogramação, permanecendo inalterado o valor presente líquido da outorga fixa original.

O contrato de concessão também prevê a realização do pagamento da contribuição variável anual que corresponde ao montante, em reais, resultante da aplicação da alíquota de 10% sobre a totalidade da receita bruta anual. Caso a receita bruta anual observada pela Concessionária exceda os valores determinados no contrato de concessão, a contribuição variável sobre a receita excedente será cobrada pela alíquota de 15%.

Bens integrantes da concessão

É parte integrante da concessão os bens necessários à prestação do serviço de exploração aeroportuária, tenham eles sido transferidos pelo poder público e incorporados à operação da Concessionária, adquiridos ou construídos pela Concessionária ao longo do prazo da concessão, tais como edificações, instalações, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, veículos, pistas de pouso e decolagem, pátios de manobra, dentre outros bens que sejam essenciais à operação aeroportuária.

b) Direitos e deveres

Deveres gerais

Durante o período do contrato, a Concessionária tem por obrigação manter em bom estado de funcionamento, conservação e segurança, os bens necessários à prestação dos serviços que integram a concessão, além de manter um sistema de atendimento físico e eletrônico ao usuário e uma ouvidoria para apurar as reclamações relativas aos serviços prestados.

Investimentos

Os custos com obras e intervenções nos bens do poder público, previstos no contrato de concessão, estão contabilizados no intangível, pois não há previsão no contrato de concessão para reembolso de parte ou de todo o investimento efetuado pela Concessionária. Extinta a concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados ao complexo aeroportuário.

c) Remuneração da Concessionária

Receitas Tarifárias

São constituídas, pelas tarifas de embarque, conexão, pouso e permanência, armazenagem e capatazia.

Receitas não tarifárias

São constituídas, por remuneração decorrente de cessão de espaço inerentes à exploração dos espaços comerciais e outros.

d) Transferência da concessão e do controle societário

A Concessionária e seu acionista privado não poderão realizar qualquer modificação direta ou indireta nos respectivos controles societários ou transferir a concessão sem a prévia e expressa anuência da ANAC, sob pena de caducidade do contrato.

e) Utilização do complexo aeroportuário

Disposição gerais

A Concessionária poderá celebrar com terceiros, prestadores de serviços de transporte aéreo, de serviços auxiliares ao transporte aéreo ou exploradores de outras atividades econômicas, contratos que envolvam a utilização de espaço no complexo aeroportuário, sendo que, a remuneração será livremente pactuada entre a Concessionária e a outra parte contratante.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>30/09/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Caixa e bancos	216	1.293
Aplicações em fundos de investimento lastreadas em títulos públicos	<u>314.916</u>	<u>125.964</u>
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>315.132</u>	<u>127.257</u>

As aplicações financeiras são representadas por fundos de investimentos lastreados em títulos públicos federais, em valores mobiliários do Tesouro Nacional e/ou Banco Central do Brasil (Bacen) e em operações lastreadas em títulos públicos federais, com remuneração média de 94,35% do CDI (97,91% do CDI em 31 de dezembro de 2019), investimentos de curto prazo e com alta liquidez.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

	<u>30/09/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Circulante	<u>274.282</u>	<u>46.322</u>
Conta Pagamento/ Reserva	274.282	46.322
Não circulante	<u>127.952</u>	<u>126.449</u>
CDB - Garantia Duke Energy	4.423	4.448
Conta Reserva	123.529	122.001
Saldo de aplicações financeiras vinculadas	<u>402.234</u>	<u>172.771</u>

A Concessionária possui aplicações em fundos de investimentos não exclusivos, de renda fixa, cuja carteira é composta exclusivamente por títulos públicos federais e operações lastreadas nestes títulos.

Os fundos são remunerados pela taxa média de 94,35% do CDI (97,91% do CDI em 31 de dezembro de 2019) sem prazo de carência, com baixo risco, que servem para compor o saldo da Conta Reserva, da Conta Pagamento e da Conta Outorga Fixa, destinado ao cumprimento das obrigações dos Contratos de Financiamentos e de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios firmado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e os Bancos Repassadores (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Itaú BBA e Bradesco), além do representante dos debenturistas de ambas emissões, representado pelo Agente Fiduciário.

Do montante de aplicação financeira registrado no ativo não circulante R\$ 4.423 (R\$ 4.448 em 31 de dezembro de 2019) refere-se à aplicação em CDB junto ao Banco Itaú BBA, remunerado pela taxa média de 96,20% do CDI, cedido como garantia em contrapartida ao suprimento de energia elétrica no mercado livre, conforme contrato de compra e venda de energia elétrica entre a Concessionária e a Rio Parapanema Energia (empresa do Grupo Duke Energy).

6. CONTAS A RECEBER

	<u>30/09/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Contas a receber tarifárias		
Aeronaves	119.045	179.724
Armazenagem	14.598	14.089
	<u>133.643</u>	<u>193.813</u>
Contas a receber não tarifárias		
Receitas acessórias	236.161	115.860
	<u>236.161</u>	<u>115.860</u>
Provisão para perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa	<u>(178.935)</u>	<u>(53.504)</u>
Total contas a receber	<u>190.869</u>	<u>256.169</u>
Circulante	<u>188.734</u>	<u>251.639</u>
Não circulante	<u>2.135</u>	<u>4.530</u>

Em 30 de setembro de 2020 a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	Total líquido de PECLD	Provisão para perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa	Saldo não vencido e sem perda por ação recuperável	Saldos vencidos						
				<30 dias	de 31-60 dias	de 61-90 dias	de 91-120 dias	de 121-150 dias	de 151-180 dias	>180 dias
30 DE SETEMBRO DE 2020	190.869	(178.935)	235.259	18.286	13.183	3.898	12.869	8.100	14.350	63.859
				Saldos vencidos						
				<30 dias	de 31-60 dias	de 61-90 dias	de 91-120 dias	de 121-150 dias	de 151-180 dias	>180 dias
31 DE DEZEMBRO DE 2019	256.169	(53.504)	250.216	5.702	58	56	41	20	166	53.414

Em 30 de setembro de 2020, a provisão para perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa é de R\$ 178.935 (R\$ 53.504 em 31 de dezembro de 2019). Com o impacto direto do Covid-19 (vide Nota Explicativa nº 1.1), nas empresas do segmento aéreo e concessionários da Concessionária, houve aumento da provisão para perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa.

Movimentação na provisão para perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa:

	<u>30/09/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Saldo no início do exercício	(53.504)	(37.701)
Adição/ Reversão	(125.431)	(17.168)
Baixa	-	1.365
Saldo no fim do exercício/período	<u>(178.935)</u>	<u>(53.504)</u>

O IFRS9/CPC48 Instrumentos Financeiros a partir de 1º de janeiro de 2018, introduziu novos requerimentos de classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros, substituindo o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38/IAS 39 por um modelo de “perdas de créditos esperadas”.

A Concessionária, revisou sua política para o reconhecimento de perdas de clientes, considerando o modelo de “perdas de crédito esperadas”, avaliando as possíveis perdas de créditos no que representa a incerteza quanto ao recebimento a partir da estimativa de risco da carteira de clientes, aplicando julgamento e avaliação para a provisão ou não, conforme percentual aplicado para cada nível de *aging* de vencimento, conforme quadro abaixo. Tendo em vista, o impacto do Covid-19, alguns clientes foram expurgados da matriz de provisões e avaliados individualmente. Devido a deterioração da situação financeira desses clientes, para esses casos, foi realizado provisão de 100%, independentemente do vencimento ou não dos títulos.

Títulos à vencer	Vencimentos								
	< 30 dias	31 à 60 dias	61 à 90 dias	91 à 120 dias	121 à 150 dias	151 à 180 dias	181 à 210 dias	211 a 240 dias	> 241 dias
-	-	25,03%	39,66%	56,83%	69,84%	80,08%	91,61%	100,0%	100,0%

7. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

a) Impostos a recuperar

	<u>30/09/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
IRRF	1.615	7.384
IRPJ	680	641
CSLL	142	133
PIS e COFINS	27.683	27.972
ISSQN	21	41
Total dos impostos a recuperar - circulante	<u>30.141</u>	<u>36.171</u>
PIS e COFINS - não circulante	<u>368.971</u>	<u>383.869</u>
Total	<u>399.112</u>	<u>420.040</u>

O montante de PIS e COFINS apresentado em impostos a recuperar é composto pelos créditos das contribuições sobre os investimentos, os quais são compensados à medida da amortização dos bens contabilizados no ativo intangível. Conforme o OCPC 05, o ativo intangível é amortizado em função da curva estimada de demanda, pelo prazo da concessão.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Concessionária, em conformidade com o CPC 32 – Impostos sobre o lucro (IAS 12), Instrução CVM 371, Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/nº 01/2020 e fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, e em estudo técnico aprovado pela Administração, reconhece, quando aplicável, créditos tributários sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias que não possuem prazo prescricional, cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis.

O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas pelo menos anualmente ou quando existirem fatos relevantes que venham a modificar as premissas de tais projeções.

A Concessionária considera que as premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados e, conseqüentemente, a determinação do valor de realização dos impostos diferidos ao longo do prazo da concessão, espelham objetivos e metas a serem atingidos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apresentados como segue:

<u>Natureza</u>	<u>30/09/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Ativo diferido		
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	693.179	693.179
Diferenças temporárias - Provisões indedutíveis	18.041	18.041
Total	<u>711.220</u>	<u>711.220</u>
Passivo diferido		
Outorga fiscal(*)	(509.145)	(541.644)
AVP outorga fiscal	(58.974)	(117.093)
Margem de construção(*)	(27.544)	(29.265)
AVP reequilíbrio	(5.150)	(3.678)
Total	<u>(600.813)</u>	<u>(691.680)</u>
Saldo ativo diferido líquido	<u>110.407</u>	<u>19.540</u>

(*) os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos constituídos sobre outorga fiscal e margem de construção, oriundos do extinto Regime Tributário de Transição (RTT), são amortizados mensalmente pelo prazo restante do contrato de concessão, conforme Inciso IV do artigo. 69 da Lei nº 12.973/14.

A Concessionária estima recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias e prejuízos acumulados nos seguintes exercícios:

	<u>Ativo</u>
2022	15.899
2023	29.673
2024	41.795
2025 a 2032	<u>623.853</u>
	<u><u>711.220</u></u>

A realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativo é viável, considerando que o plano de negócios prevê que a Concessionária atinja o nível de operação plena e rentabilidade positiva prevista para ocorrer nos próximos anos.

c) Conciliação entre imposto de renda e contribuição social – alíquota nominal e efetiva

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	01/01/2020 a 30/09/2020	01/01/2019 a 30/09/2019	01/07/2020 a 30/09/2020	01/07/2019 a 30/09/2019
Imposto de renda e contribuição social				
Prejuízo contábil antes do imposto de renda e contribuição social	(740.036)	(473.908)	(373.494)	(98.207)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	251.612	161.129	126.988	33.390
Ajustes no resultado líquido que afetam o resultado do período				
Diferenças permanentes	(123)	(153)	(101)	(12)
Imposto de renda e contribuição social diferido não constituído	<u>(160.622)</u>	<u>(103.603)</u>	<u>(100.131)</u>	<u>(9.084)</u>
Total dos impostos no resultado - diferido	<u>90.867</u>	<u>57.373</u>	<u>26.756</u>	<u>24.294</u>

A Concessionária não constituiu o montante de R\$ 160.622 em 30 de setembro de 2020 e R\$ 103.603 em 30 de setembro de 2019 de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos.

O valor acumulado, até 30 de setembro de 2020 de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos não constituídos é de R\$ 1.684.577 (R\$ 1.523.955 em 31 de dezembro de 2019).

d) Impostos a recolher

	<u>30/09/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Impostos sobre receita		
PIS e COFINS	8.201	26.887
ISSQN	<u>4.321</u>	<u>7.755</u>
	12.522	34.642
Impostos retidos sobre serviços		
ISSQN	637	987
IRRF	926	1.224
INSS	1.203	1.922
CSRF	<u>598</u>	<u>902</u>
	3.364	5.035
Circulante	<u><u>15.886</u></u>	<u><u>39.677</u></u>

8. PARTES RELACIONADAS

As operações entre quaisquer das partes relacionadas da Concessionária, sejam elas administradores, acionistas ou coligadas, são aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas informações contábeis intermediárias.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas seguirá os termos do Artigo nº 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Concessionária.

A tabela a seguir apresenta o valor total das transações realizadas com partes relacionadas:

Parte relacionada	Transação	Relação	30/09/2020	
			Ativo não circulante	Passivo circulante
INFRAERO (i)	Repasse de receita/custo	Acionista direto	17.730	24.905
INVEPAR (iii)	Folha de pagamento de funcionários a serviço GRU	Acionista indireto	-	521
			<u>17.730</u>	<u>25.426</u>
			31/12/2019	
Parte relacionada	Transação	Relação	Ativo não circulante	Passivo circulante
INFRAERO (i)	Repasse de receita/custo	Acionista direto	17.730	24.905
CART(ii)	Folha de pagamento de funcionários a serviço GRU	Coligada	-	521
			<u>17.730</u>	<u>25.426</u>

a) Sumário das transações entre partes relacionadas

- (i) A Concessionária e a Infraero possuem valores de receitas e custos a serem repassados entre as partes, decorrentes da transição da operação.
- (ii) O passivo com a coligada CART são valores referentes aos gastos com funcionários cedidos à Concessionária.
- (iii) O passivo com o acionista indireto INVPEPAR decorre de gastos com funcionários cedidos à Concessionária.

Em 30 de junho de 2020, em razão de cessão de dívida, a Concessionária transferiu o saldo de partes relacionadas com a coligada CART para o acionista indireto INVPEPAR.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração dos diretores e das demais pessoas chave da Administração durante o período foi a seguinte:

	30/09/2020	30/09/2019
Remuneração fixa anual		
Salário ou pró-labore	4.378	7.056
Outros benefícios	700	477
Encargos	849	1.363
Total da remuneração	<u>5.927</u>	<u>8.896</u>

A remuneração da Administração e dos principais executivos é determinada, considerando o desempenho dos indivíduos e as tendências de mercado.

A remuneração global máxima da Administração aprovada na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de abril de 2020 para o exercício de 2020, é de R\$ 12.114, incluindo os encargos previdenciários incidentes.

Em 30 de setembro de 2020, o passivo da Concessionária com obrigações com pessoal da administração totalizava R\$ 2.041 (R\$ 2.580 em 31 de dezembro de 2019).

9. IMOBILIZADO

	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %			Saldo em
		31/12/2019	Adições	Baixas	30/09/2020
Custo					
Instalações	10%	11.944	-	(3)	11.941
Máquinas e equipamentos	10%	3.736	-	(1.962)	1.774
Móveis e utensílios	10%	2.758	-	(991)	1.767
Veículos	20%	2.274	-	-	2.274
Equipamentos de informática	20%	10.385	-	(5.616)	4.769
Imobilizado em andamento		-	7	-	7
Total		31.097	7	(8.572)	22.532
Depreciação acumulada					
Instalações		(3.586)	(896)	1	(4.481)
Máquinas e equipamentos		(2.957)	(105)	1.959	(1.103)
Móveis e utensílios		(2.068)	(105)	949	(1.224)
Veículos		(1.780)	(122)	-	(1.902)
Equipamentos de informática		(9.458)	(293)	5.341	(4.410)
Total		(19.849)	(1.521)	8.250	(13.120)
Imobilizado líquido		11.248	(1.514)	(322)	9.412

	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %			Saldo em
		31/12/2018	Adições	Transferência	30/09/2019
Custo					
Instalações	10%	11.944	-	-	11.944
Máquinas e equipamentos	10%	3.704	3	29	3.736
Móveis e utensílios	10%	2.751	-	5	2.756
Veículos	20%	2.274	-	-	2.274
Equipamentos de informática	20%	10.331	-	54	10.385
Imobilizado em andamento		88	-	(88)	-
Total		31.092	3	-	31.095
Depreciação acumulada					
Instalações		(2.446)	(855)	-	(3.301)
Máquinas e equipamentos		(2.777)	(144)	-	(2.921)
Móveis e utensílios		(1.872)	(151)	-	(2.023)
Veículos		(1.536)	(203)	-	(1.739)
Equipamentos de informática		(8.548)	(710)	-	(9.258)
Total		(17.179)	(2.063)	-	(19.242)
Imobilizado líquido		13.913	(2.060)	-	11.853

Sobre o ativo imobilizado da Concessionária não há incidência de quaisquer garantias, penhor ou ônus de qualquer outra natureza.

Perdas por redução ao valor recuperável

Em 30 de setembro de 2020, não foram identificadas evidências de ativos imobilizados com custos registrados superiores aos seus valores de recuperação.

10. INTANGÍVEL

	Taxas anuais médias ponderadas de amortização %	Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 30/09/2020
Custo						
Software	20%	28.370	-	(5.854)	825	23.341
Outorga fixa - concessão	(a)	14.662.964	91.380	-	-	14.754.344
Investimento para concessão	(a)	4.296.993	14.070	(3.547)	26.393	4.333.909
Em andamento		30.222	22.408	-	(27.218)	25.412
Total		19.018.549	127.858	(9.401)	-	19.137.006
Amortização acumulada						
Software	20%	(25.504)	(1.634)	5.854	-	(21.284)
Outorga fixa - concessão	(a)	(3.880.281)	(388.210)	-	-	(4.268.491)
Investimento para concessão	(a)	(1.053.404)	(183.947)	829	-	(1.236.522)
Total		(4.959.189)	(573.791)	6.683	-	(5.526.297)
Intangível líquido		14.059.360	(445.933)	(2.718)	-	13.610.709

(a) Amortização de acordo com a evolução da curva estimada de passageiros (PAX).

	Taxas anuais médias ponderadas de amortização %	Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 30/09/2019
Custo						
Software	20%	27.934	-	-	170	28.104
Outorga fixa - concessão	(a)	14.415.534	170.636	-	-	14.586.170
Investimento para concessão	(a)	4.117.309	12.066	(3.255)	32.566	4.158.686
Em andamento		78.902	103.910	(66)	(32.736)	150.010
Total		18.639.679	286.612	(3.321)	-	18.922.970
Amortização acumulada						
Software	20%	(21.138)	(3.293)	-	-	(24.431)
Outorga fixa - concessão	(a)	(3.208.616)	(502.576)	-	-	(3.711.192)
Investimento para concessão	(a)	(829.764)	(167.438)	685	-	(996.517)
Total		(4.059.518)	(673.307)	685	-	(4.732.140)
Intangível líquido		14.580.161	(386.695)	(2.636)	-	14.190.830

(a) Amortização de acordo com a evolução da curva estimada de passageiros (PAX).

Segundo orientações contidas no OCPC 05, a outorga fixa foi reconhecida e ajustada a valor presente, à taxa de desconto de 9,15% a.a. e terá sua amortização de acordo com a evolução da curva estimada de passageiros e as despesas financeiras provenientes da atualização serão capitalizadas em função da curva de investimentos no ativo não circulante. A capitalização será realizada proporcionalmente a finalização de cada fase. Mais detalhes sobre a outorga fixa estão descritos na Nota Explicativa nº 13.

As adições no período referem-se, em sua maioria, às obras em andamento e capitalização dos encargos da outorga fixa.

No período findo em 30 de setembro de 2020, foram capitalizados no ativo intangível R\$ 91.380 de atualização monetária da outorga fixa (R\$ 170.636 em 30 de setembro de 2019) e R\$ 1.373 de juros sobre empréstimos e financiamentos (R\$ 9.090 em 30 de setembro de 2019).

Sobre os ativos intangíveis da Concessionária não há incidência de quaisquer garantias, penhor ou ônus de qualquer outra natureza.

A amortização dos direitos de uso de software é calculada pelo método linear, considerando a sua utilização efetiva e não supera o prazo de cinco anos.

Perdas por redução ao valor recuperável

De acordo com o CPC 01(R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. Em 30 de setembro de 2020, não foram identificadas evidências de ativos intangíveis com custos registrados superiores aos seus valores de recuperação.

O valor recuperável foi estimado com base no seu valor em uso, calculado entre 1º de janeiro de 2020 até 10 de julho de 2032 (previsão de término do contrato de concessão).

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) Composição da dívida

Credor	Tipo	Vencimento	Indexador	Encargos anuais (spread)	Saldo inicial 31/12/2019	Captação/ Liberação	Juros incorridos	Juros capitalizados	Pagamento do principal	Pagamento de juros	Saldo final 30/09/2020
BNDES	Finem Repasse direto	dez/27	TJLP	2,88%	1.858.211	-	104.799	-	(39.877)	(43.953)	1.879.180
BNDES	Finem Repasse direto	dez/27	TJLP	0,00%	3.144	-	109	-	-	(40)	3.213
BNDES (a)	Finem Repasse indireto	dez/27	TJLP	3,40%	799.061	-	46.672	1.373	(16.750)	(20.143)	810.213
Itaú	Carta Fiança	Indeterminado	INPC	2,90%	6	-	20	-	-	(26)	-
Daycoval	Arrendamento Mercantil	ago/25	CDI	7,71%	-	9.735	59	-	(135)	(59)	9.600
Total					2.660.422	9.735	151.659	1.373	(56.762)	(64.221)	2.702.206
Parcela do circulante					216.082						266.314
Parcela do não circulante					2.444.340						2.435.892

(a) Banco do Brasil, Bradesco, Itaú e Caixa Econômica Federal

Credor	Tipo	Vencimento	Indexador	Encargos anuais (spread)	Saldo inicial 31/12/2018	Captação/ Liberação	Juros incorridos	Juros capitalizados	Pagamento do principal	Pagamento de juros	Custo de emissão	Saldo final 30/09/2019
BNDES	Finem Repasse direto	dez/27	TJLP	2,88%	1.883.395	78.990	124.468	-	(80.860)	(118.774)	-	1.887.219
BNDES	Finem Repasse direto	dez/27	TJLP	0,00%	3.135	-	147	-	-	(138)	-	3.144
BNDES (a)	Finem Repasse indireto	dez/27	TJLP	3,40%	808.949	33.852	51.789	9.090	(33.963)	(53.907)	-	815.810
Itaú	Carta Fiança	Indeterminado	INPC	2,90%	6	-	19	-	-	(19)	-	6
Daycoval	CCB	jul/19	CDI	5,54%	12.492	-	413	-	(11.667)	(1.238)	-	-
Banco do Brasil	Nota Promissória	dez/19	CDI	146,00%	-	270.000	5.319	-	(40.000)	(788)	-	234.531
Custo com Nota Promissória	Nota Promissória				-	(4.467)	-	-	-	-	2.442	(2.025)
Total					2.707.977	378.375	182.155	9.090	(166.490)	(174.864)	2.442	2.938.685
Parcela do circulante					176.564							430.792
Parcela do não circulante					2.531.413							2.507.893

(a) Banco do Brasil, Bradesco, Itaú e Caixa Econômica Federal

Devido aos reflexos da pandemia (vide Nota Explicativa nº 1.1), houve a postergação de pagamentos junto ao BNDES. Adesão, a partir de 15 de maio de 2020, ao programa de *standstill* implantado pelo BNDES, paralisando por 6 meses o pagamento das parcelas de juros e principal dos contratos de financiamento firmados pela Concessionária, no âmbito do pacote de medidas socioeconômicas aprovadas pelo banco em caráter emergencial e com o objetivo de mitigar os efeitos da pandemia do novo Coronavírus no Brasil.

Os juros dos contratos de empréstimos e financiamentos são capitalizados em função da curva de investimentos no ativo não circulante. A capitalização será devida proporcionalmente à finalização de cada fase. Em 30 de setembro de 2020 o montante capitalizado no período foi de R\$ 1.373 (R\$ 9.090 em 30 de setembro de 2019).

Composição dos empréstimos de longo prazo por ano de vencimento:

2021	74.461
2022	314.453
2023	342.820
2024 em diante	1.704.158
	<hr/>
	2.435.892
	<hr/>

Financiamento de longo prazo – Finem Repasse Direto

Em 13 de dezembro de 2013, a Companhia celebrou Contrato de Financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Social – BNDES no valor de R\$ 2,4 bilhões dividido em quatro subcréditos: (i) “subcrédito A” no valor de R\$ 1,5 bilhão, (ii) “subcrédito B1” no valor de R\$ 435.000, (iii) “subcrédito B2” no valor de R\$ 487.000, e (iv) “subcrédito C” no valor de R\$ 17.300. Os juros incidentes sobre o valor principal dos subcréditos A e B são de 2,88% ao ano acrescidos a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e do subcrédito C é remunerado somente através da TJLP. O valor principal tem vencimento em 15 de dezembro de 2027. As liberações dos valores são realizadas mediante as demandas.

Financiamento de longo prazo – Finem Repasse Indireto

Em 13 de dezembro de 2013, a Companhia celebrou Contrato de Financiamento Mediante Repasse de Recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), junto aos bancos: Banco do Brasil S.A., Banco Bradesco S.A., Banco Itaú BBA S.A., Caixa Econômica Federal, todos os bancos, cada qual, com o percentual de 20%, no valor total de R\$ 1,03 bilhão dividido em três subcréditos: (i) “subcrédito A” no valor de R\$ 643.000; (ii) “subcrédito B1” no valor de R\$ 187.000; e (iii) “subcrédito B2” no valor de R\$ 209.000. Os juros incidentes sobre o valor principal são de 3,40% ao ano acima da Taxa de Juros de Longo prazo (TJLP), com vencimento do valor principal em 15 de dezembro de 2027. As liberações dos valores são realizadas mediante a demanda.

Fiança

Em 1º de julho de 2014, a Concessionária contratou Carta Fiança no montante de R\$ 665 para garantir o pagamento de quantias questionadas nos autos da Execução de Título Extrajudicial, Processo nº 1007422-31.2014.8.26.0224 perante o Juízo de Direito da 9ª Vara Cível da Comarca de Guarulhos – SP. Este saldo é atualizado de acordo com a variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e com o *spread* de 2,9% a.a.

Em 18 de setembro de 2020, a Concessionária quitou a referida carta fiança.

Cédula de Crédito Bancário (CCB)

Em 14 de dezembro de 2017, a Concessionária utilizou o montante de R\$ 30.000 da Cédula de Crédito Bancário (CCB), com a finalidade de capital de giro, com juros remuneratórios, obtidos pela composição da taxa CDI e sobre preço efetivo anual. Em 08 de julho de 2019, este valor foi liquidado.

Garantias e cláusulas restritivas financeiras

Os Contratos de Financiamento de Longo Prazo relacionados aos contratos firmados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), aos bancos repassadores e às debentures de 1ª emissão e de 2ª emissão, representados pelo agente fiduciário tem como garantia as seguintes cláusulas restritivas:

- Os financiamentos são garantidos através do: (i) penhor da totalidade dos direitos creditórios da concessão através do contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios, de administração de contras e outras avenças; e (ii) penhor de ações dos acionistas, com o contrato e penhor de ações e outras avenças do Aeroporto de Guarulhos Participações (GRUPAR) e contrato de penhor de ações e outras avenças da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero);
- A Concessionária possui o contrato de suporte de acionistas e outras avenças (*ESA - Equity Support Agreement*) que é parte integrante e inseparável do contrato de financiamento com o BNDES, que impõem a obrigação por parte dos acionistas de aportar na Concessionária o valor necessário para o pagamento integral e anual da Outorga, englobando as contribuições fixa e variável;
- Os contratos de financiamento de longo prazo possuem obrigações financeiras, *covenants*, que obrigatoriamente deverão ser apresentados após a conclusão de todas as obras financiadas, e servem exclusivamente de base para pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio acima do mínimo obrigatório.

Arrendamento Mercantil

Em 11 de fevereiro de 2019, a Concessionária firmou o contrato de arrendamento com o Banco Daycoval no montante de R\$ 9.735 para o projeto de modernização dos equipamentos e sistemas de estacionamento do sítio aeroportuário.

Em 28 de agosto de 2020, foi assinado o TRA – Termo de recebimento e aceitação do arrendamento celebrado junto ao Banco Daycoval.

O montante foi classificado no intangível na rubrica de investimentos para concessão. (Vide Nota Explicativa nº 10).

12. DEBÊNTURES

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de janeiro de 2014, foi aprovada a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em regime de garantia firme de colocação, para distribuição pública, estruturada de acordo com a Instrução CVM 476, no valor de R\$ 300.000, emitidas em quatro séries, com valor nominal unitário de R\$ 1 cada, totalizando 300.000 debêntures (75.000 debêntures para cada série).

Os recursos obtidos por meio desta emissão foram utilizados para suportar os investimentos na ampliação da infraestrutura do Aeroporto.

A atualização monetária sobre o valor unitário das debêntures ocorre através da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), além dos juros remuneratórios de 7,86% a.a., correspondente a 1ª emissão.

Os juros remuneratórios das debêntures serão pagos ao final de cada período de capitalização, a partir da data de emissão até a data de pagamento dos juros das debêntures, sendo que a 1ª série terá seu pagamento em 15 de março, a 2ª série em 15 de junho, a 3ª série em 15 de setembro e a 4ª série em 15 de dezembro, até a amortização do principal que será em 09 parcelas anuais, a partir de 15 de março de 2017 até 15 de dezembro de 2025, conforme vencimentos descritos a seguir:

1º Emissão

<u>Amortização</u>	<u>1ª série</u>	<u>2ª série</u>	<u>3ª série</u>	<u>4ª série</u>
5%	15/03/2017	15/06/2017	15/09/2017	15/12/2017
5%	15/03/2018	15/06/2018	15/09/2018	15/12/2018
8%	15/03/2019	15/06/2019	15/09/2019	15/12/2019
10%	15/03/2020	15/06/2020	15/09/2020	15/12/2020
12%	15/03/2021	15/06/2021	15/09/2021	15/12/2021
15%	15/03/2022	15/06/2022	15/09/2022	15/12/2022
15%	15/03/2023	15/06/2023	15/09/2023	15/12/2023
15%	15/03/2024	15/06/2024	15/09/2024	15/12/2024
15%	15/03/2025	15/06/2025	15/09/2025	15/12/2025

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 08 de agosto de 2014, foi aprovada a segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em regime de garantia firme de colocação, para distribuição pública, estruturada de acordo com a Instrução CVM 400, no valor de R\$ 300.000, emitidas em série única, com valor nominal unitário de R\$1 cada, totalizando 300.000 debêntures.

A totalidade dos recursos líquidos captados pela Concessionária por meio da segunda emissão de debêntures foi utilizada especificamente para a liquidação antecipada das notas promissórias emitidas em 07 de maio de 2014.

A atualização monetária sobre o valor unitário das debêntures ocorre através da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), além dos juros remuneratórios de 6,40% a.a., correspondente à 2ª emissão.

Os juros remuneratórios das debêntures serão pagos ao final de cada período de capitalização, um ano após a emissão, até a amortização do principal que possuem vencimentos conforme descrito a seguir:

2º Emissão

<u>Amortização</u>	<u>Série única</u>
5%	15/10/2018
5%	15/10/2019
8%	15/10/2020
10%	15/10/2021
12%	15/10/2022
15%	15/10/2023
15%	15/10/2024
15%	15/10/2025
15%	15/10/2026

Debêntures	Vencimento	Indexador	Encargos anuais	Saldo final 31/12/2019	Juros incorridos	Pagamento do principal	Pagamento de juros	Custo de emissão	Saldo final 30/09/2020
1ª emissão 476	dez/25	IPCA	7,86%	354.479	25.183	(25.994)	(20.375)	-	333.293
2ª emissão 400	out/26	IPCA	6,40%	362.719	23.209	-	-	-	385.928
Custo com emissão				(5.814)	-	-	-	720	(5.094)
Total				711.384	48.392	(25.994)	(20.375)	720	714.127

Parcela do circulante	85.711	109.364
Parcela do não circulante	625.673	604.763

Debêntures	Vencimento	Indexador	Encargos anuais	Saldo inicial 31/12/2018	Juros incorridos	Pagamento do principal	Pagamento de juros	Custo de emissão	Saldo final 30/09/2019
1ª emissão 476	dez/25	IPCA	7,86%	371.066	30.802	(21.995)	(21.462)	-	358.411
2ª emissão 400	out/26	IPCA	6,40%	367.860	27.752	-	-	-	395.612
Custo com emissão				(6.774)	-	-	-	718	(6.056)
Total				732.152	58.554	(21.995)	(21.462)	718	747.967

Parcela do circulante	65.274	90.147
Parcela do não circulante	666.878	657.820

Em 30 de setembro de 2020, os custos de captação com as instituições financeiras para emissão das debêntures são de R\$ 5.094 (R\$ 6.056 em 30 de setembro de 2019).

Segue abaixo a composição das debêntures de longo prazo por ano de vencimento:

2021	51.452
2022	107.107
2023	118.918
2024 em diante	327.286
	<u>604.763</u>

Até 30 de setembro de 2020, a Concessionária realizou o pagamento de amortização do principal e dos juros das debêntures, conforme abaixo:

Pagamento	1º Emissão			Total
	1ª série	2ª série	3ª série	
Principal	8.676	8.622	8.696	25.994
Juros	6.847	6.721	6.807	20.375

Garantias e cláusulas restritivas financeiras

(Vide Nota Explicativa nº 11)

13. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

Objeto	Saldo inicial 31/12/2019	Adições	Atualização (a) resultado	Atualização intangível	Transf.	Compensação (b)	Saldo final 30/09/2020
Outorga variável	232.134	116.689	2.138	-	-	-	350.961
Outorga fixa	1.254.437	-	96.979	17.055	1.167.942	(9.625)	2.526.788
(-) Reequilíbrio	(9.405)	(1.688)	(19.642)	-	(9.625)	9.625	(30.735)
Circulante	1.477.166	115.001	79.475	17.055	1.158.317	-	2.847.014
Outorga fixa	11.682.545	-	422.619	74.325	(1.167.942)	-	11.011.547
(-) Reequilíbrio	(79.422)	(17.280)	(5.390)	-	9.625	-	(92.467)
Não circulante	11.603.123	(17.280)	417.229	74.325	(1.158.317)	-	10.919.080
Total	13.080.289	97.721	496.704	91.380	-	-	13.766.094

(a) O impacto no resultado é composto pela atualização do saldo pelo IPCA e INPC.

(b) Compensação da Outorga Fixa, conforme Decisão nº 191 da ANAC.

Objeto	Saldo inicial 31/12/2018	Adições	Atualização (a) resultado	Atualização intangível	Transf.	Compensação (b)	Pagamento	Saldo final 30/09/2019
Outorga variável	230.379	171.619	-	-	-	-	(230.594)	171.404
Outorga fixa	1.202.651	-	58.697	16.737	1.188.708	(10.285)	(1.223.366)	1.233.142
(-) Reequilíbrio	(9.812)	-	571	-	(10.285)	10.285	-	(9.241)
Circulante	1.423.218	171.619	59.268	16.737	1.178.423	-	(1.453.960)	1.395.305
Outorga fixa	11.833.718	-	539.715	153.899	(1.188.708)	-	-	11.338.624
(-) Reequilíbrio	(79.605)	-	(7.298)	-	10.285	-	-	(76.618)
Não circulante	11.754.113	-	532.417	153.899	(1.178.423)	-	-	11.262.006
Total	13.177.331	171.619	591.685	170.636	-	-	(1.453.960)	12.657.311

(a) O impacto no resultado é composto pela atualização do saldo pelo IPCA.

Devido aos reflexos da pandemia do Covid-19 (vide Nota Explicativa nº 1.1), houve a adesão à postergação do pagamento da outorga fixa e variável da Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos para 18 de dezembro de 2020, conforme art. 2º da Lei nº 14.034 de 05 de agosto de 2020. O montante será atualizado com base no índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

Outorga fixa

Pela assinatura do contrato de concessão, a Concessionária se obriga a pagar à União uma contribuição fixa no total de R\$ 16.213.000, reconhecida e ajustada a valor presente, à taxa de desconto de 9,15% a.a., conforme a orientação técnica OCPC 05, que será paga em 20 parcelas anuais de R\$ 810.650. Esses pagamentos ocorrem no mês de julho de cada ano, sendo necessária a constituição de conta reserva em maio de cada ano. Os pagamentos são reajustados pelo IPCA-IBGE desde a data da realização da sessão pública do leilão, que ocorreu em fevereiro de 2012, até a data do efetivo pagamento, em conta a favor do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC). Até 31 de dezembro de 2019, a Concessionária já liquidou 07 parcelas.

Repactuação da outorga fixa

Em 17 de agosto de 2017, através da Nota Técnica nº 11(SEI)/2017/SRA, a ANAC consentiu a reprogramação do fluxo de pagamento das outorgas e apresentou aditivo do contrato, estabelecendo o novo fluxo de pagamentos.

Em 26 de outubro de 2017, a Medida Provisória nº 779/17, que tratava sobre a reprogramação do pagamento da contribuição fixa, foi convertida na Lei nº 13.499/17, a qual, celebra os aditivos contratuais que versem sobre a alteração do cronograma de pagamentos das outorgas nos contratos de parceria no setor aeroportuário celebrados até 31 de dezembro de 2016.

Em 19 de dezembro de 2017, após o pagamento integral da outorga fixa de 2017, a Concessionária realizou a antecipação do valor de R\$ 319.000 (em valores de 2012), atualizado até esta data, totalizando o montante de R\$ 460.000 referente à parte da outorga fixa de 2018, em conformidade com o aditamento ao contrato de concessão que alterou o fluxo de pagamento da outorga fixa original, nos termos da Lei nº 13.499/2017 e da Portaria nº 135/MTPA.

De acordo com o referido aditamento, a Concessionária postergou para os anos entre 2031 e 2032 o montante pago antecipadamente de R\$ 319.000, devidamente atualizado. O saldo remanescente de R\$ 172.650 (em valores de 2012), foi pago em 11 de julho de 2018, devidamente atualizado, totalizando o montante de R\$ 242.740.

Outorga variável

Além da contribuição fixa, a Concessionária também se compromete a pagar a contribuição variável que corresponderá ao montante em reais resultante da aplicação da alíquota de 10% sobre o total da receita bruta anual, deduzida dos cancelamentos, devoluções e descontos incondicionais. Caso a receita bruta anual observada pela Concessionária exceda os valores determinados no contrato de concessão, a contribuição variável sobre a receita excedente será cobrada pela alíquota de 15%.

Reequilíbrio econômico financeiro – Decisão nº 121 da ANAC de 13 de novembro de 2012

Em 30 de outubro de 2014, a Concessionária protocolou junto à ANAC o pedido de revisão extraordinária do equilíbrio econômico financeiro do contrato de concessão em razão da alteração contratual efetuada pela Decisão nº 121 da ANAC, de 13 de novembro de 2012, que teve como objetivo a alteração unilateral das tarifas aplicáveis aos serviços de Armazenagem e Capatazia, referentes às cargas importadas em trânsito. Tal regime tarifário diferiu pontualmente em relação àquele aplicável à Infraero no tocante ao mecanismo de cálculo das tarifas aeroportuárias aplicáveis ao mercado de carga importada. Entre as alterações, destaca-se o tratamento dispensado às cargas em trânsito para zona primária e trânsito internacional.

Em 22 de dezembro de 2016, a diretoria da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) aprovou 1ª Revisão Extraordinária do contrato de concessão do Aeroporto Internacional de Guarulhos em R\$ 113.844 com o objetivo de recompor seu equilíbrio econômico financeiro.

Conforme estabelecido na Decisão nº 191 da ANAC, a parcela da contribuição fixa devida em cada ano será deduzida pelo valor aplicável conforme tabela.

Ano	Valor a ser deduzido
2016	32.796
2017	7.143
2018	6.862
2019	6.580
2020	6.298
2021	6.019
2022	5.745
2023	5.521
2024	5.299
2025	5.025
2026	4.760
2027	4.505
2028	4.259
2029	4.022
2030	3.796
2031	3.593
2032	1.621
Total	113.844

Os valores estabelecidos na tabela, serão revistos quando da realização de revisões periódicas do fluxo de caixa marginal e, eventuais diferenças relativas às estimativas dos anos anteriores, deverão ser compensadas no pagamento da contribuição fixa seguinte à conclusão do processo de revisão. O valor a ser descontado em cada ano deverá ser atualizado pelo IPCA-IBGE, acumulado entre abril de 2016 e o mês anterior ao do pagamento da contribuição fixa anual e pela taxa de desconto do fluxo de caixa marginal de 6,81%, estabelecida pela Resolução ANAC nº 355, de 17 de março de 2015, proporcional ao número de meses correspondente.

Reequilíbrio econômico financeiro – Decisão nº 138 da ANAC de 04 de agosto de 2020

Em 07 de março de 2019, a Concessionária interpôs o pedido de revisão extraordinária do contrato de concessão relativo ao evento “Novas exigências para alfandegamento”. A Concessionária sustenta que em razão de alteração da regulamentação da Receita Federal do Brasil – RFB, materializada pela Portaria nº 1001, de 6 de maio de 2014, teria sido obrigada a arcar com os custos decorrentes de contratação de pessoal habilitado para a operação dos equipamentos de inspeção não invasiva (escâneres) nas áreas de alfandegamento, despesas as quais eram anteriormente suportadas pela própria RFB.

Em 04 de agosto de 2020, conforme Decisão nº 1389, a ANAC aprovou a revisão extraordinária do Contrato de Concessão do Aeroporto Internacional de Guarulhos com o objetivo de recompor seu equilíbrio econômico-financeiro.

A parcela da contribuição fixa devida em 2020 será deduzida pelo valor referente ao desequilíbrio verificado entre 2014 e 2020, correspondente a R\$ 10.082 a valores de agosto de 2014. Os valores serão atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, acumulado entre agosto de 2014 e o mês anterior ao do pagamento da contribuição fixa anual devida em 2020, e pela taxa de desconto do fluxo de caixa marginal de 6,81% (seis inteiros e oitenta e um centésimos por cento), estabelecida pela Resolução nº 355, de 17 de março de 2015, proporcional ao número de meses correspondente.

A partir de 2021, a parcela a ser deduzida da contribuição fixa em cada ano corresponderá valores indicados na tabela contida no Anexo desta Decisão para o mesmo ano, os quais também deverão ser atualizados considerando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, acumulado entre agosto de 2014 e o mês anterior ao do pagamento da contribuição fixa anual, e pela taxa de desconto do fluxo de caixa marginal de 6,81% (seis inteiros e oitenta e um centésimos por cento), estabelecida pela referida Resolução nº 355, de 2015, proporcional ao número de meses correspondentes, conforme tabela abaixo.

Ano	Valor a ser deduzido
2014	1.040
2015	2.026
2016	1.675
2017	1.630
2018	1.354
2019	1.223
2020	1.134
2021	1.061
2022	994
2023	930
2024	871
2025	816
2026	764
2027	714
2028	669
2029	627
2030	587
2031	549
2032	304
Total	18.968

14. PROVISÃO PARA OBRIGAÇÕES LEGAIS

A Concessionária é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos, como apresentado a seguir:

	<u>31/12/2019</u>	<u>Provisões</u>	<u>Reversões</u>	<u>Atualização</u>	<u>30/09/2020</u>
Provisão para riscos					
Trabalhistas (a)	16.573	8.848	(2.337)	544	23.628
Tributário (b)	170	-	-	3	173
Administrativos (c)	353	-	(25)	6	334
Cíveis (d)	343	133	(187)	67	356
Total	17.439	8.981	(2.549)	620	24.491

A Concessionária, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que as provisões registradas são suficientes para cobrir as prováveis perdas decorrentes de decisões desfavoráveis.

Riscos possíveis - Valores não provisionados

	<u>30/09/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Provisão para riscos		
Trabalhistas (a)	2.324	2.932
Tributários (b)	395.097	334.838
Administrativo (c)	42.374	41.489
Cíveis (d)	171.155	136.273
Total	610.950	515.532

a) Riscos trabalhistas

A Concessionária é parte em diversos processos de natureza trabalhista cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de condenação subsidiária, decorrente de contratos de prestação de serviços (terceirização), estes processos representam 60% do total das contingências.

b) Riscos tributários

Autos de Infração lavrados pela Receita Federal do Brasil, cujos objetos, em sua maioria, estão relacionados à atividade de armazenagem de mercadorias sob pena de perdimento nos armazéns do Aeroporto, autos de Infração lavrados pela Prefeitura do Município de Guarulhos arguindo a cobrança de Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) e lançamentos de Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU) também realizados pela Prefeitura do Município de Guarulhos. No caso do IPTU, caso a cobrança seja declarada devida pelo Poder Judiciário, a Concessionária entende possível requerer o reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão junto à ANAC.

Há também uma Ação Civil Pública por suposto ato de Improbidade Administrativa (processo nº 1000336-33.2019.8.26.0224) que tramita na 2ª Vara da Fazenda Pública de Guarulhos cujo objeto é a alíquota de ISS estipulada pela Prefeitura de Guarulhos entre os anos de 2012 a 2015, incidente sobre as receitas tarifárias.

c) Riscos Administrativos

Autuações oriundas de autoridades administrativas, como ANAC, Anvisa, Ipem-SP/Inmetro, Prefeitura do Município de Guarulhos, com instauração dos respectivos processos administrativos nos quais a Concessionária figura no polo passivo.

d) Riscos cíveis

Processos de natureza indenizatória promovidos por passageiros, motivados por furto ou extravio de bagagem ou outros fatos ocorridos dentro do Aeroporto cuja responsabilidade está sendo imputada à Concessionária, ou processos promovidos por cessionários de área aeroportuária (lojistas, companhias aéreas, outros) e fornecedores, relativos de pleitos de indenização, cobrança de valores, obrigação de fazer, ou outras naturezas.

Depósitos recursais e judiciais

Em 30 de setembro de 2020, a Concessionária possuía R\$ 26.527 em depósitos recursais e judiciais (R\$ 20.187 em 31 de dezembro de 2019).

15. RECEITA DIFERIDA

	Saldo inicial 31/12/2019	Adição	Apropriação	Transferência	Saldo final 30/09/2020
Cessão de espaço	12.024	-	(10.819)	9.595	10.800
Reequilíbrio	7.756	1.688	(21.120)	21.815	10.139
Circulante	19.780	1.688	(31.939)	31.410	20.939
Cessão de espaço	89.237	-	(5.250)	(9.595)	74.392
Reequilíbrio	52.707	17.280	6.599	(21.815)	54.771
Não Circulante	141.944	17.280	1.349	(31.410)	129.163
	161.724	18.968	(30.590)	-	150.102

	Saldo inicial 31/12/2018	Adição	Apropriação	Transferência	Saldo final 30/09/2019
Cessão de espaço	9.981	765	(8.500)	9.097	11.343
Reequilíbrio	7.756	-	(6.113)	6.113	7.756
Circulante	17.737	765	(14.613)	15.210	19.099
Cessão de espaço	94.076	3.555	-	(9.097)	88.534
Reequilíbrio	59.288	-	1.178	(6.113)	54.353
Não Circulante	153.364	3.555	1.178	(15.210)	142.887
	171.101	4.320	(13.435)	-	161.986

A receita diferida da Concessionária está composta por contratos com lojistas, referente à cessão de espaço, como também o impacto do reconhecimento diferido da receita com o reequilíbrio econômico financeiro.

A atualização do reequilíbrio econômico (vide Nota Explicativa nº13), feita por meio do reconhecimento do ajuste a valor presente ao resultado, se dá em base sistemática semelhante à apropriação da receita diferida, por este motivo, o montante de receita diferida de reequilíbrio econômico no passivo não circulante não teve qualquer movimentação de atualização.

16. OUTROS PASSIVOS

	30/09/2020	31/12/2019
Repasso PAN/PAT (a)	61	54
Repasso ao Tesouro Nacional (b)	18.227	74.039
Contribuição Mensal (c)	44.093	65.865
Total*	62.381	139.958

*Redução devido ao menor volume de PAX no comparativo entre os períodos devido ao efeito do COVID-19.

- (a) O repasse PAN/PAT foi fixado em função do uso das comunicações e dos auxílios, rádio e visuais em área terminal de tráfego aéreo (doméstico ou internacional) e é destinado ao Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA). Os percentuais são variáveis e determinados conforme peso das bagagens e cargas.
- (b) O repasse ao Tesouro Nacional corresponde ao adicional do Fundo Nacional de Aviação Civil incidente sobre as tarifas de embarque internacional instituído pela Lei nº 9.825/99. O repasse corresponderá a US\$ 18,00 (dezoito dólares estadunidenses) independentemente da tarifa praticada e dos reajustes decorrentes do Contrato de Concessão.
- (c) A Contribuição Mensal corresponde ao montante mensal resultante da aplicação de alíquota de 22,65% sobre a receita mensal proveniente da cobrança de Tarifas de Embarque, Pousa e Permanência e dos Preços Unificados e de Permanência, domésticas e internacionais, e de Armazenagem e Capatazia.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)

Capital social

Em 30 de setembro de 2020, o capital social da Concessionária é de R\$ 2.624.558 (em 31 de dezembro de 2019 era R\$ 2.624.558), sendo totalmente subscrito e integralizado. Composto por ações ordinárias escriturais e sem valor nominal.

	30/09/2020		
	Capital	Ações ordinárias	%
Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. - GRUPAR	1.338.525	1.547.106.254	51
Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO	1.286.033	1.486.435.421	49
Total	2.624.558	3.033.541.675	100

O Estatuto Social da Concessionária determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício ou período, ajustado na forma do Artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

18. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	01/01/2020 a 30/09/2020	01/01/2019 a 30/09/2019	01/07/2020 a 30/09/2020	01/07/2019 a 30/09/2019
		(Reapresentado*)		(Reapresentado*)
Receita operacional bruta tarifária				
Receita de aeronave e passageiros	396.568	815.745	95.891	279.918
Receita de armazenagem e capatazia	444.408	442.558	139.417	155.630
Total da receita operacional bruta tarifária	840.976	1.258.303	235.308	435.548
Receita operacional bruta não tarifária				
Receitas acessórias	637.469	788.494	173.628	271.174
Total da receita operacional bruta não tarifária	637.469	788.494	173.628	271.174
Total da receita operacional bruta tarifária e não tarifária	1.478.445	2.046.797	408.936	706.722
Deduções da receita bruta	(440.472)	(539.574)	(148.128)	(186.584)
Impostos sobre receita	(170.992)	(252.858)	(44.744)	(87.301)
Contribuição mensal	(177.158)	(277.128)	(50.097)	(95.755)
Outras deduções	(92.322)	(9.588)	(53.287)	(3.528)
Receitas líquidas de serviços tarifários e não tarifários	1.037.973	1.507.223	260.808	520.138
Receita de construção	27.218	32.733	8.801	14.847
Receita operacional líquida	1.065.191	1.539.956	269.609	534.985

*Reapresentação vide Nota Explicativa nº 2.3.

19. CUSTOS E DESPESAS

	01/01/2020 a 30/09/2020	01/01/2019 a 30/09/2019	01/07/2020 a 30/09/2020	01/07/2019 a 30/09/2019
		(Reapresentado*)		(Reapresentado*)
Pessoal e encargos	(87.373)	(91.577)	(30.774)	(32.269)
Conservação e manutenção	(61.572)	(70.084)	(18.804)	(23.477)
Comunicação, marketing e publicidade	(773)	(756)	(237)	(259)
Seguros e garantias	(7.421)	(8.139)	(2.771)	(2.208)
Serviços de terceiros	(79.805)	(100.383)	(23.115)	(33.056)
Veículos	(404)	(447)	(124)	(185)
Consultoria e assessoria	(6.088)	(7.317)	(1.976)	(2.557)
Aluguéis e impostos	(5.155)	(5.669)	(1.920)	(1.940)
Energia elétrica	(25.819)	(27.553)	(8.156)	(8.798)
Contingências	(11.061)	(4.967)	(3.058)	(2.369)
PECLD	(125.431)	(15.811)	(73.406)	572
Outorga variável	(114.764)	(168.786)	(29.124)	(58.177)
Depreciação e amortização	(575.300)	(675.370)	(139.310)	(231.007)
Custo de construção	(27.218)	(32.733)	(8.801)	(14.847)
Outros	18.207	11.695	13.426	2.907
	<u>(1.109.977)</u>	<u>(1.197.897)</u>	<u>(328.150)</u>	<u>(407.670)</u>
Custo dos serviços prestados	(885.601)	(1.073.280)	(229.828)	(366.730)
Custo de construção	(27.218)	(32.733)	(8.801)	(14.847)
Despesas gerais e administrativas	(209.900)	(99.135)	(100.538)	(27.488)
Outras receitas e despesas	12.742	7.251	11.017	1.395
	<u>(1.109.977)</u>	<u>(1.197.897)</u>	<u>(328.150)</u>	<u>(407.670)</u>

* Reapresentação vide Nota Explicativa nº 2.3.

20. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	01/01/2020 a 30/09/2020	01/01/2019 a 30/09/2019	01/07/2020 a 30/09/2020	01/07/2019 a 30/09/2019
Receita financeira				
Juros sobre aplicações financeiras	11.430	31.356	2.378	5.412
Outras receitas financeiras	26.703	8.794	22.518	4.249
Total	<u>38.133</u>	<u>40.150</u>	<u>24.896</u>	<u>9.661</u>
Despesas financeiras				
Atualização monetária sobre outorga fixa	(521.736)	(598.412)	(265.505)	(144.931)
Juros sobre debêntures	(48.392)	(58.554)	(19.818)	(16.173)
Juros sobre empréstimos	(151.659)	(182.155)	(50.592)	(63.677)
Comissões e despesas bancárias	(2.000)	(7.864)	(604)	(6.167)
Outros	(9.596)	(9.132)	(3.330)	(4.235)
Total	<u>(733.383)</u>	<u>(856.117)</u>	<u>(339.849)</u>	<u>(235.183)</u>
Total do resultado financeiro líquido	<u>(695.250)</u>	<u>(815.967)</u>	<u>(314.953)</u>	<u>(225.522)</u>

21. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A Administração da Concessionária, baseia suas decisões de negócios em relatórios financeiros preparados nos mesmos critérios usados na preparação e divulgação destas informações contábeis. As informações contábeis são regularmente revistas pela Administração da Concessionária para tomada de decisões sobre alocações de recursos e avaliação de performance. Portanto, a Administração concluiu que opera um único segmento “concessão aeroportuária” e considera que divulgações adicionais sobre segmentos não são necessárias.

22. PLANO DE BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA

Em abril de 2014, a Concessionária tornou-se patrocinadora aderente do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - Plano CV do Instituto Infraero de Seguridade Social (Infraprev) – com a finalidade de viabilizar a manutenção do plano para a massa de empregados oriundos da Infraero, em cumprimento às disposições expressas no anexo 25 do Edital de leilão nº 2/2011 – contrato de concessão de Aeroportos nº 002/ANAC/2012 – SBGR Aeroporto Internacional de São Paulo Governador André Franco Montoro – Guarulhos – Capítulo XV – das disposições transitórias, item “15.3”.

O patrocinador aderente se obriga a custear o Plano CV contribuindo, em caráter obrigatório, na forma fixada anualmente no plano de custeio, compartilhando obrigações e responsabilidades financeiras do plano referente à totalidade de seus empregados participantes do plano. O plano de custeio será aprovado anualmente pelo Conselho Deliberativo do Infraprev, devendo constar o regime financeiro e o cálculo atuarial.

O Pronunciamento Técnico CPC 33 (IAS 19) determina que em caso de apuração de um Ativo Atuarial Líquido, este somente poderá ser reconhecido se for claramente evidenciado que o mesmo poderá se reverter em benefício econômico para a patrocinadora, seja na forma de efetiva redução de suas contribuições para o plano, ou na forma de reembolso futuro.

A Concessionária contratou empresa especializada para prestação de serviços técnicos de avaliação atuarial do Plano CV de acordo com as regras estabelecidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 33.

Na última avaliação atuarial realizada não foi identificado passivo atuarial líquido relevante.

23. SEGUROS

Em 30 de setembro de 2020, a Concessionária mantém apólices de seguros com vigência mínima de 12 meses que garantem continuidade e eficácia das operações realizadas no aeroporto, como seguro de responsabilidade civil aeroportuário, seguro de riscos operacionais, seguro de riscos de engenharia, garantia de obrigações públicas, seguro de vida bombeiros, seguros de riscos diversos (equipamentos móveis - combate a incêndio) e seguro de frota operacional (carros de apoio ao aeroporto).

Modalidade	Limite máximo de indenização	Vigência		Seguradora
		Início	Fim	
Riscos operacionais	1.870.000	24/05/2020	24/05/2021	Tokio Marine Seguradora
Responsabilidade civil de proprietários e operadores de aeroportos (US\$)	500.000	24/05/2020	24/05/2021	XL Seguros Brasil/ Starr Internacional Brasil Seguradora
Garantia de obrigações públicas *	685.279	04/06/2020	04/06/2021	Fator Seguradora/Pottencial Seguradora
Seguro de equipamentos móveis	3.300	24/05/2020	24/05/2021	Allianz Seguros S.A.
Seguro de frota	600.000	24/05/2020	24/05/2021	Tokio Marine Seguradora

*Limite de R\$ 685.279 até 10 de julho e endossado em 11 de julho de 2020.

A Concessionária tem participação na apólice de seguro D&O do grupo INVEPAR, com vigência de maio de 2020 a maio de 2021 com limite máximo de garantia de R\$ 100.000 com a Starr Internacional Brasil Seguradora S/A.

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Concessionária foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico financeira das instituições envolvidas. A Concessionária não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. A Concessionária não possui operações de derivativos ou faz uso deste instrumento de natureza operacional ou financeira.

Os valores constantes nas contas patrimoniais, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 30 de setembro de 2020 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor justo. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas, valores a receber, empréstimos e financiamentos, debêntures e concessão de serviço público.

Instrumentos financeiros		30/09/2020		
	Valor justo	Custo amortizado	Total	
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	315.132	-	315.132	
Aplicações financeiras vinculadas	402.234	-	402.234	
Contas a receber	-	190.869	190.869	
Partes relacionadas	-	17.730	17.730	
Total do ativo	717.366	208.599	925.965	
Passivos				
Fornecedores	-	49.971	49.971	
Partes relacionadas	-	25.426	25.426	
Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	-	2.702.206	2.702.206	
Debêntures (*)	-	719.221	719.221	
Concessão de serviço público	-	13.766.094	13.766.094	
Total do passivo	-	17.262.918	17.262.918	

(*) foi desconsiderado o valor do custo de captação.

Instrumentos financeiros		31/12/2019		
	Valor justo	Custo amortizado	Total	
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	127.257	-	127.257	
Aplicações financeiras vinculadas	172.771	-	172.771	
Contas a receber	-	256.169	256.169	
Partes relacionadas	-	17.730	17.730	
Total do ativo	300.028	273.899	573.927	
Passivos				
Fornecedores	-	53.005	53.005	
Partes relacionadas	-	25.426	25.426	
Empréstimos e financiamentos	-	2.660.422	2.660.422	
Debêntures (*)	-	717.198	717.198	
Concessão de serviço público	-	13.080.289	13.080.289	
Total do passivo	-	16.536.340	16.536.340	

(*) foi desconsiderado o valor do custo de captação.

Os valores de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e apresentados acima se aproximam dos seus valores justos:

a) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores justos

Os valores justos informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- Hierarquia do valor justo

A Concessionária usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros:

Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Mensurados a valor justo - Ativos financeiros	30/09/2020	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Caixa e equivalentes de caixa	315.132	315.132	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	402.234	-	402.234	-
Total	717.366	315.132	402.234	-

Mensurados pelo custo amortizado - Passivos financeiros	30/09/2020	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	2.702.206	-	2.702.206	-
Debêntures (*)	719.221	-	719.221	-
Concessão de serviço público	13.766.094	-	-	13.766.094
Total	17.187.521	-	3.421.427	13.766.094

(*) foi desconsiderado o valor do custo de captação.

Mensurados a valor justo - Ativos financeiros	31/12/2019	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Caixa e equivalentes de caixa	127.257	127.257	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	172.771	-	172.771	-
Total	300.028	127.257	172.771	-

Mensurados pelo custo amortizado - Passivos financeiros	31/12/2019	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Empréstimos e financiamentos	2.660.422	-	2.660.422	-
Debêntures (*)	717.198	-	717.198	-
Concessão de serviço público	13.080.289	-	-	13.080.289
Total	16.457.909	-	3.377.620	13.080.289

(*) foi desconsiderado o valor do custo de captação.

- Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas.

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seu valor de mercado idêntico aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo.

- Empréstimos e financiamentos

Os valores contábeis dos empréstimos em moeda nacional, obtidos junto ao BNDES estão compatíveis com o valor de mercado de tais operações, já que as operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. Esses instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros não mensurados a valor justo.

- Debêntures

As debêntures, em 30 de setembro de 2020, apresentam valor de mercado de R\$ 639.029 (R\$ 730.972 em 31 de dezembro de 2019).

Fonte: CETIP

- Concessão de serviço público

Os saldos informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo por se tratar de instrumentos financeiros com características exclusivas.

b) Fatores de riscos

A Concessionária mantém operações com instrumentos financeiros, onde há uma gestão de riscos de mercado e de crédito por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar a liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controles internos consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, como também não efetuam operações definidas como derivativos exóticos. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Concessionária.

- Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Concessionária às concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, em bancos, aplicações financeiras vinculadas e contas a receber. A Concessionária mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras vinculadas em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

As perdas de contas a receber foram registradas na rubrica de provisão para perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa, Nota Explicativa nº 6.

- Risco de liquidez

A Concessionária acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Concessionária é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e empréstimos bancários.

A tabela a seguir resume o perfil de vencimento do passivo financeiro da Concessionária em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Superior a 5 anos	Total 30/09/2020
Fornecedores	49.971	-	-	-	49.971
Empréstimos e financiamentos	462.552	1.067.470	1.290.388	1.325.622	4.146.032
Debêntures	115.918	243.294	381.276	272.780	1.013.268
Concessão de serviço público	2.526.788	2.669.108	2.874.004	13.852.743	21.922.643
	<u>3.155.228</u>	<u>3.979.872</u>	<u>4.545.668</u>	<u>15.451.145</u>	<u>27.131.914</u>

	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Superior a 5 anos	Total 31/12/2019
Fornecedores	53.005	-	-	-	53.005
Empréstimos	414.153	1.537.996	2.071.552	289.509	4.313.210
Debêntures	126.317	479.860	415.263	-	1.021.440
Concessão de serviço público	1.254.437	2.710.486	4.460.378	12.525.677	20.950.978
	<u>1.847.912</u>	<u>4.728.342</u>	<u>6.947.193</u>	<u>12.815.186</u>	<u>26.338.633</u>

c) Análise de sensibilidade nas taxas de juros

A Concessionária está exposta a riscos de oscilações de taxas de juros em seus empréstimos e aplicações financeiras.

Decorre da possibilidade da Concessionária sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Concessionária possui aplicações financeiras a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros dos empréstimos, financiamentos, debêntures e obrigações com o poder concedente estão vinculadas à variação da TJLP, IPCA e CDI.

Nas tabelas a seguir, são considerados três cenários sobre os ativos e passivos financeiros relevantes, sendo: cenário provável, o adotado pela Concessionária com base nos preços de contratos futuros negociados em bolsa de valores e/ou mercadorias e futuros, e cenários variáveis chaves, com os respectivos impactos nos resultados com deterioração de 25% (cenário A) e 50% (cenário B) da variável do risco considerado.

Ativo financeiro

Operação	30/09/2020	Risco/indexador	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Caixa e equivalentes de caixa (*)	315.132	CDI (% ao ano)	7.374	5.531	3.687
Aplicações financeiras vinculadas	402.234	CDI (% ao ano)	9.412	7.059	4.706
<u>Referência para ativos financeiros</u>			<u>Provável</u>	<u>Cenário A</u>	<u>Cenário B</u>
CDI (% ao ano)			2,34%	1,76%	1,17%

(*) O montante R\$ 246.030 corresponde a aplicações em fundos de investimento lastreados em títulos público indexadas pelo CDI.

Passivo financeiro

Operação	30/09/2020	Risco/indexador	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Empréstimos e financiamentos	2.692.606	TJLP (% ao ano)	119.013	148.766	178.520
Arrendamento Mercantil	9.600	CDI (% ao ano)	225	281	337
Debêntures	719.221	IPCA (% ao ano)	13.378	16.722	20.066
Outorga Fixa	13.766.094	IPCA (% ao ano)	256.049	320.062	384.074
<u>Referência para passivos financeiros</u>			<u>Provável</u>	<u>Cenário A</u>	<u>Cenário B</u>
TJLP (% ao ano)			4,42%	5,53%	6,63%
CDI (% ao ano)			2,34%	2,93%	3,51%
IPCA (% ao ano)			1,86%	2,33%	2,79%

25. TRANSAÇÃO NÃO CAIXA

A Concessionária teve as seguintes transações não caixa no período que foram excluídas do fluxo de caixa:

	<u>30/09/2020</u>	<u>30/09/2019</u>
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos capitalizados	1.373	9.090
Encargos financeiros sobre outorga capitalizados	91.380	170.636
Aquisição de intangível e imobilizado ainda não liquidada (fornecedores)	4.861	2.120

26. RESULTADO POR AÇÃO

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do período atribuído aos detentores de ações ordinárias, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o período. Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão dessas informações contábeis intermediárias.

A Concessionária não possui instrumentos diluidores em 30 de setembro de 2020 e 2019, e conseqüentemente, não há diferença entre o cálculo do lucro por ação básico e diluído. A tabela a seguir apresenta os dados de resultado e ações utilizando o cálculo de resultado básico e diluído por ação:

<u>Resultado básico e diluído por ação</u>	01/01/2020 a 30/09/2020	01/01/2019 a 30/09/2019	01/07/2020 a 30/09/2020	01/07/2019 a 30/09/2019
Numerador				
Resultado do período atribuído aos acionistas da Concessionária	(649.169)	(416.535)	(346.738)	(73.913)
Denominador (em milhares de ações)	3.033.542	3.033.542	3.033.542	3.033.542
Média ponderada por número de ações				
Resultado básico e diluído por ação - em reais	<u>(0,214)</u>	<u>(0,137)</u>	<u>(0,114)</u>	<u>(0,024)</u>

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

Até a data de divulgação das informações contábeis a Concessionária não apresentou nenhum evento subsequente a ser divulgado.

* * *